

MAIS UM PASSO

Senado aprova maior e mais importante projeto que regulamenta Reforma Tributária

VICTÓRIA AREL, VINÍCIUS NEDER E GLAUCIE CAVALCANTI
<https://www.globo.com/brasil/noticia/2024/12/13/senado-aprova-regras-da-reforma-tributaria>
 BRASIL/REUTERS

Em discussão há quase quatro décadas, a Reforma Tributária deu mais um passo ontem no Congresso Nacional. O Senado aprovou o maior e mais importante projeto de regulamentação do novo sistema de tributos por 49 votos a 19. A reforma prevê a adoção, no Brasil, de modelo já adotado em outros países, com unificação de impostos e facilitação da cobrança. Com alterações feitas pelos senadores, a proposta volta para a última análise da Câmara, e a tendência é que a votação ocorra semana que vem. Depois, o governo prevê que o texto seja sancionado pelo presidente Lula ainda neste ano.

A maior parte das alterações no Senado vinha sendo comunicada à Câmara, o que facilita a tramitação da proposta. Agora, os deputados vão decidir apenas se aceitam ou não as mudanças — e, nesse caso, a Câmara tem a palavra final.

O projeto trata de temas como *cashback* para baixa renda (devolução de imposto), composição da cesta básica e detalhes do funcionamento de impostos criados com a reforma: o federal Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o estadual Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Eles irão substituir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS.

Mudanças feitas no Senado devem elevar a alíquota-padrão da reforma para mais de 28%, o que tornará o IVA brasileiro o maior do mundo. Porém, o relator Eduardo Braga (MDB-AM) prevê que a taxa deve cair conforme a transição entre sistemas tributários for ocorrendo, com a diminuição da sonegação fiscal. Além disso, foi definida trava de 26,5%. Se o valor do imposto foi maior que isso, o governo terá de propor corte de benefício.

Uma das mudanças com maior impacto feita pelos senadores foi incluir os serviços



Comemoração. Os senadores Omar Aziz, Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Projeto foi negociado até minutos antes



“Como toda etapa, preferíamos que tivesse menos exceções, mas sabemos que é o curso político. O fundamental é que a espinha dorsal está mantida”

Bernard Appy, secretário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

de saneamento básico na alíquota reduzida em 60%. Isso teria impacto de 0,38 ponto percentual na alíquota final, segundo o secretário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, A Abcon, entidade que representa concessionárias privadas de água e esgoto, comemorou, dizendo que isso vai evitar alta de 18% na tarifa de água, reequilíbrio de contratos e de

saceleração de investimentos.

— O Ministério da Fazenda está satisfeito. Como toda etapa, preferíamos que tivesse menos exceções, mas sabemos que é o curso político. O fundamental é que a espinha dorsal está mantida — disse Appy, um dos pais da reforma.

ARMA SEM IMPOSTO SELETIVO

O Senado manteve armas e munições de fora do Imposto Seletivo, o chamado “imposto do pecado”. Bebidas açucaradas, como sucos industrializados e refrigerantes, não terão a taxa adicional. Eles foram retirados na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e mantidos de fora pelo plenário.

— No Brasil, nós vamos pagar mais impostos por flores do que por armas; vamos pagar imposto mais alto por fraldas do que por armas; vamos pagar imposto mais alto por brinquedos do que por armas — criticou o senador Randolfe Rodrigues

(PT-AP), líder do governo.

Na cesta básica, além de itens como carnes e queijos, o texto do Senado acrescentou mais tipos de farinhas, massas e fórmulas proteicas na cesta básica zerada, além de tapioca e erva-mate. O relator tirou os óleos de milho e de soja da cesta básica zero e os colocou na alíquota reduzida em 60%.

Entre os medicamentos e dispositivos que terão 60% de desconto na alíquota, o relator incluiu produtos de home care, usados no tratamento domiciliar de idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de serviços de esterilização e instrumentação cirúrgica.

Os senadores acrescentaram trecho que equipara os serviços de saúde veterinária à saúde humana, levando a categoria a ter uma alíquota reduzida de 60%. Braga acatou emenda que aumentou o limite de benefício para carros para pessoas com deficiência.

Antes, a isenção era até R\$ 70 mil; agora é até R\$ 120 mil.

Braga ainda acrescentou que serviços funerários, de cremação e embalsamamento terão 60% de redução. As academias foram incluídas na lista de serviços com 30% de redução de alíquota, assim como profissionais liberais. Na quarta-feira, o texto foi votado na CCJ do Senado.

— O Congresso demonstrou mais uma vez a coragem ao aprovar um texto tão complexo, que afeta interesses de todas as ordens, mas que será fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Entendemos que o texto, tal como veio da CCJ, é capaz de retirar de cena um sistema arcaico de tributação para dar início a um novo modelo moderno, eficiente — disse Braga, que se empenhou em negociações de última hora para garantir os votos necessários.

Na lista de mudanças, foi colocado que motoristas e entre-

gadores de aplicativos terão apenas 25% do valor bruto mensal recebido na base de tributação — o restante fica isento. Bares, restaurantes, hotéis, parques de diversão e temáticos terão alíquota reduzida em 40%. Para imóveis, foi ampliado de 40% para 50% o percentual de redução de novos tributos na alienação. Na locação, só haverá cobrança de pessoa física com o mínimo de três imóveis alugados e receita de ao menos R\$ 240 mil anuais.

— A Reforma Tributária é uma das matérias mais complexas que já passou pelo Parlamento brasileiro — disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Para Bianca Xavier, tributarista e professora da FGV Direito Rio, 28,1% é uma alíquota “muito maior” que a média mundial e gera a percepção, entre contribuintes, de que haverá aumento de carga tributária, mesmo que o alvo seja manter o nível da arrecadação.

— Parece que o Congresso fez ouvidos moucos para o que a maioria dos técnicos tem falado sobre a impertinência do excesso de tratamentos diferenciados — disse o economista Sérgio Gobetti, assessor da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul.

Ainda assim, ele diz que o novo sistema será melhor que o atual, pois hoje, além da excessiva diferenciação, com regras diferentes para os mesmos bens e serviços, há problemas como cumulatividade e cobrança de títulos de origem.

Para Virgínia Pillekamp, sócia da área tributária do BMA Advogados, a tese do relator de que, ao longo do período de transição, a alíquota tenderá a cair, como efeito da queda da sonegação fiscal, pode se confirmar. Mas não a ponto de haver redução relevante. Para ela, isso dependerá do sucesso do mecanismo de *split payment*, sistema que permitirá recolhimento de tributos ao Fisco na hora do pagamento do bem ou serviço.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13